

A DEMOCRACIA É SUFICIENTE?*

Milton Fisk**

Há agora muitos aspectos do socialismo que precisam ser repensados, mas a prioridade deve ser dada às questões da democracia e dos direitos humanos. A sociedade burocrática ("socialismo realmente existente") tem sido desacreditada devido a seus abusos para com a democracia e os direitos humanos, e há uma tendência a atribuir tais abusos e deficiências à própria teoria socialista.¹

Quando tiveram oportunidade, os povos do Leste moveram-se rapidamente numa direção democrática. Em Praga, eles levaram adiante a obra da Carta 77 pelos direitos humanos, pedindo o fim da regra comunista e um começo democrático. Em Moscou, o movimento democrático, com suas raízes no período *samizdat*, marchou contra o artigo 6 da constituição soviética que protegia o sistema monopartidário. Na Alemanha Oriental (DDR), *Neues Forum* e outros grupos de oposição estabeleceram Mesas Redondas locais e uma Mesa nacional que atuavam como um corpo **quasi**-legislativo enquanto o governo comunista desmoronava.

As formas democráticas desejadas no Leste estão bem firmes no Oeste. O sistema multi-partidário é o que se admite; os sistemas legais se destinam a proteger direitos individuais contra o estado; e segmentos democráticos, desde conselhos escolares e conselhos municipais até assembléias nacionais, garantem ao cidadão que vota representação em todas as áreas.

As pessoas estão exigindo democracia e direitos humanos, mas não tem havido nenhuma tradição sólida de democracia ou de direitos humanos dentro do socialismo realmente existente. A imagem confrontacional de sociedade adotada por muitos socialistas é às vezes condenada por essa falha. Nessa imagem, o opressor e o oprimido devem usar muitos meios contra seus inflexíveis antagonistas. Nada impede que a democracia e os direitos sejam deixados de lado por meios supostamente melhores.²

* Traduzido por Bento Itamar Borges, de "Is democracy enough?" *Against the Current*, nov-dec 1990, v. V, n. 5 (new series), p. 33-37.

** Professor de Filosofia na Indiana University, USA.

1 Steven Lukes, *Marxism and morality* (Oxford University Press, New York, 1985) Cap. 4, oferece um forte exemplo de uma tal crítica à teoria socialista.

2 A frase de Marx: "Entre direitos iguais a força decide" poderia se prestar a essa interpretação (*O Capital*, v.1, cap. 10, seção 1).

Sugere-se então que, se o socialismo tem que ser democrático e se vai respeitar os direitos humanos, deverá descartar a confrontação. Essa reorientação faria uma grande diferença na luta pelo socialismo. Os desejos de todos seriam tratados com igual respeito, evitando-se assim que os conflitos fiquem no caminho da participação democrática. Em vez de permanecer exclusivo, o socialismo seria um movimento inclusivo. A ênfase tradicional no conflito de classes (segundo esse ponto de vista) excluía não apenas as classes exploradoras mas também grupos oprimidos além das classes.³

Vou argumentar a favor da ênfase na democracia e nos direitos humanos dentro do socialismo, mas contra a opinião de que o conflito, e em particular o conflito de classes, deva ser abandonado em nossas concepções de democracia e direitos humanos. Para que fique mais claro será bom começar com uma elaboração da natureza da democracia socialista. Isso nos fornecerá a meta capaz de nos orientar considerando as práticas democráticas dos socialistas, anterior ao socialismo mesmo.

A expressão "democracia socialista" indica com "democracia" um tipo de organização política e o termo "socialista" implica que essa organização política é limitada por uma organização econômica socialista. Nesse aspecto formal, "democracia socialista" é paralelo à "democracia burguesa". Da perspectiva da tradição - com a qual me identifico - que enfatiza a meta de melhorar a sociedade pela libertação de qualquer forma de dominação, a democracia socialista deve ter preferência sobre a democracia burguesa.

A razão não é apenas que a organização econômica socialista seja preferível à organização burguesa, mas sim que a democracia dentro do contexto econômico socialista representa para a sociedade u'a maior libertação que a democracia dentro do contexto econômico burguês.⁴

Contudo, mesmo o contexto econômico tem uma dimensão política. O capitalismo tem uma organização autocrática da produção, ao passo que o socialismo tem uma organização democrática de trabalho, distribuição e investimento. Assim, a organização econômica socialista é parte da democracia política global dentro da democracia socialista. Apesar desse

3 Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, *Hegemony and socialist Strategy* (Verso, Londres, 1985) Cap. 4, exerce uma forma influente dessa crítica.

4 Ver Ralph Miliband, *Divided societies* (Oxford University Press, New York, 1989) Cap. 3, onde ele discute como o contexto democrático burguês torna conservadores a *trade union* e os líderes sociais democráticos.

entrelaçamento do econômico e do político, há duas razões para destacar tanto o socialismo quanto a democracia na expressão "democracia socialista".

A primeira é que a meta libertadora de muitos socialistas vai além da organização democrática da economia. Aquela meta é incompatível com opressão de qualquer forma e não apenas com a exploração econômica. Em outras palavras, é incompatível com qualquer sistema que limite as aspirações de um grupo em favor de outro grupo. A democracia, quando envolve discussão plena baseada no respeito às opiniões de todos os participantes, serve para refrear essa limitação de aspirações. Portanto, não podemos eliminar a referência à democracia e falar exclusivamente sobre socialismo.

A segunda razão para enfatizarmos tanto democracia quanto socialismo é que a democracia, da forma que existe dentro do capitalismo, ignora que os explorados desejam ter controle no âmbito econômico. Eles são relativamente impotentes quanto às decisões sobre seu trabalho, distribuição e investimento. A fim de enfatizar que a organização democrática da economia é central para o tipo de democracia sobre o qual estamos falando, chamamos atenção para o fato de que é o tipo de democracia possível apenas dentro do contexto de uma economia socialista. Ao denominá-la democracia socialista, chamamos atenção para isso; portanto, não podemos eliminar a referência ao socialismo e falar exclusivamente sobre democracia.⁵

Contra este último ponto pode-se objetar que, na tradição liberal, há concepção de democracia e direitos humanos que satisfariam todas as aspirações dos socialistas. Então não há necessidade de se buscar uma democracia socialista, mas apenas democracia nesse sentido liberal. Nesse sentido, o historiador canadense de teoria política, C. B. Macpherson, falou de uma *recuperação dos valores liberais dentro do movimento socialista*.⁶ Enquanto Macpherson estava bem ciente da necessidade do socialismo para recuperar valores liberais, hoje a reavaliação do socialismo tem-se tomado freqüentemente um pensamento longe do socialismo, em favor de uma restauração liberal.⁷ Esse pensamento é característico do que vou chamar de a escola da democracia suficiente (the democracy-is-enough school), que se pode encontrar tanto no Oeste quanto no Leste.

5 Jim Cronin, "Western Socialism after cold war", *Socialist Review*, n. 2, 1990, p. 20-30, faz um apelo para eliminar a demanda socialista de socialismo.

6 C. B. Macpherson, *Democratic Theory: Essays in Retrieval* (Oxford University Press, New York, 1973) Parte 1.

7 Samuel Bowles e Herder Gintis, *Democracy and capitalism* (Basic Books, New York, 1986) fornece um exemplo desse pensamento afastado do socialismo.

Há certamente uma verdade importante na idéia de recuperação, mas o que essa verdade é torna-se obscurecido por seus mais leais defensores. Eles tendem a ignorar o caráter contextual das idéias liberais, colocando-as, ao contrário, como normas atemporais sem nenhum traço de suas origens.⁸ Mas é possível adotar uma visão da restauração de idéias liberais que reconheça tanto a *mudança* quanto a *continuidade* sem postular uma *identidade*.

Do liberalismo para o socialismo haverá uma mudança na democracia e nos direitos humanos, e não, portanto, uma identidade. Mas haverá semelhanças suficientes para estabelecer uma continuidade. Em resumo, ao interpretar a recuperação como compatível com uma mudança na moralidade política, nós não cortamos as conexões que a moralidade política tem com as realidades de classe diferente e de outro grupo, cujos conflitos ela se presta a ajustar.

A dificuldade para aqueles que postulam uma identidade entre ideais liberais e socialistas é que eles devem evitar qualquer tentativa de dizer qual é realmente o conteúdo desses ideais. Eles lhe dirão que os ideais liberais foram de fato formulados em termos de restrições impostas pela economia do mercado privado, mas acrescentarão que essas restrições são acidentais para esses valores. Uma vez que essas restrições acidentais são separadas dos ideais, vamos nos deparar com valores irrestritos que têm relevância atemporal. Eles devem, contudo, se recusar a nos dizer que conteúdo esses valores têm devido às razões claras do exemplo a seguir.

Considere-se o ideal liberal de liberdade de expressão. Essa liberdade estabelecia a independência, além de outras coisas, entre os *media* e o estado, amarrando-a à propriedade privada. O conteúdo da idéia de liberdade de expressão inclui, pois, sua compatibilidade com a propriedade privada dos *media*. O fato de que haja protestos contra a manipulação de notícias por razões de mercado é reflexo da insatisfação com essa concepção liberal de imprensa livre.

Não podemos dizer que por trás dessa insatisfação esteja um ideal de imprensa livre que é o *verdadeiro* ideal liberal, isento de ligações com qualquer forma de controle da imprensa. O que é, de fato, uma tal *verdadeira* liberdade de imprensa? Eis uma tentativa de responder: é fazer reportagens objetivamente de tudo que é importante. Mas, pelo menos enquanto houver divisões sociais, haverá desacordo sobre o que é importante

8 Frank Cunningham, *Democratic Theory and Socialism* (Cambridge University Press, New York, 1987), cap. 7, comete esse engano num livro recuperativista que, caso contrário, seria útil.

e ceticismo sobre a objetividade dos outros sujeitos. A ausência de todo controle de imprensa se mostra um ideal ao qual não associamos nenhum conteúdo.

Sem um ideal atemporal aqui, tudo o que podemos dizer é que os protestos vêm de pessoas que não pensam que publicidade e lucro deveriam ser permitidos via reportagens sobre greves, a Intifada e a fiança de B&L. Eles querem uma mudança da norma de controle de imprensa aceitável, não uma norma atemporal.

Não irá a democracia socialista instituir a verdadeira liberdade de imprensa, capacitando-nos a encontrar o ideal que foi obscurecido pela ligação liberal com o mercado privado? Numa democracia socialista, a liberdade dos **media** se liga à democracia dos conselhos, que vão operar os **media** sem o viés dos conselhos capitalistas de diretores. Já que o sistema de conselhos como um todo tem uma função de governo, a separação liberal entre imprensa e estado é relevante.

A liberdade de expressão num democracia socialista não será, todavia, ilimitada, já que surge no contexto dos conselhos. Primeiro, vão filtrar as notícias refletindo sobre a natureza subjacente da sociedade em que as notícias são disseminadas. Segundo, os recursos que não possibilitarem expressão ilimitada serão alocados de acordo com linhas socialistas.

A continuidade que nos permite falar de uma recuperação aqui vem do fato de que tanto no período liberal quanto no socialista os **media** não são impedidos por algo como o estado, no primeiro caso, e os proprietários, no segundo. Mas a mudança é decisiva: no ideal liberal, a liberdade é conferida pela independência do capitalista face ao estado, ao passo que no ideal socialista, a liberdade dos **media** virá da vontade democrática dos conselhos.

A opinião hoje difundida na União Soviética e Leste Europeu de que não apenas liberdade de expressão, mas liberdades em geral são dependentes da sociedade civil, que se entende como um sistema de propriedade privada independente do estado, é um retrocesso ao ideal liberal de liberdade.⁹

Pode parecer que algo foi deixado de fora; é o indivíduo como base

⁹ Alexander Tsipko, em *Nauka i zhizn*, 11-12, 1988; 1-2, 1989 (ver *The current digest of the Soviet Press*, 41, 10-13, 1989), fornece um argumento elaborado por uma renovação da sociedade civil.

de ideais atemporais. A maneira como pensamos em ideais muda à medida que muda o contexto social, mas na visão que enfatiza indivíduos, o cerne dos ideais é constante, já que repousa numa natureza humana constante. A teoria socialista, de acordo com essa visão, iludiu gerações de militantes ao se concentrar, em vez disso, no contexto social. Na concepção de indivíduo, o que se precisa recuperar do liberalismo são os imutáveis direitos do indivíduo. A ênfase de muitos socialistas no social parece denegrir os indivíduos.

Há uma dupla confusão aqui. Primeiro, há uma confusão entre *análise* histórica de direitos individuais e *rejeição* de direitos individuais. Os direitos, quando analisados historicamente, são ligados às concepções que as pessoas têm da boa sociedade e do bom cidadão. Os direitos aparecem como proteção para aqueles que querem contribuir para a realização da boa sociedade e que querem agir como bons cidadãos.

As concepções de direitos individuais variam junto com as concepções do que sejam a boa sociedade e o bom cidadão. Naturalmente, num dado momento haverá disputas, algumas das quais baseadas em diferenças de classes, sobre o que deve ser a boa sociedade. Essas disputas são a base para o conflito entre uma concepção dominante de direitos e uma concepção revolucionária. A análise que Marx fez dos direitos do Homem de 1789 na França foi uma tentativa, mediante análise histórica, de mostrar como aqueles direitos estavam cravados numa concepção burguesa de boa sociedade e de bom cidadão.¹⁰ Sua análise penetra a linguagem universalista em que aqueles direitos são formulados para mostrar sua dependência de uma concepção de boa sociedade peculiar ao período burguês.

Quem faz tais análises não pode ser acusado de rejeição de todos os direitos e nem mesmo de rejeitar os direitos que analisaram criticamente. Ele também terá uma concepção de bem social que vão querer implementar com direitos.

Não se pode implementar a concepção socialista de boa sociedade sem dar proteção aos indivíduos. Deve haver, por exemplo, um direito de respeito igual por todos nos conselhos que levam adiante as instituições na sociedade socialista. O liberalismo não reconhece um tal direito, já que não há nem mesmo um mecanismo para que todos tenham voz na condução da maioria das instituições burguesas. Contudo, os que fazem uma tal análise não têm que rejeitar os direitos que eles analisaram criticamente, já que eles podem precisar recuperar exatamente esses direitos para implementar a concepção de boa sociedade que eles têm. De fato, como

¹⁰ Marx, "Sobre a questão judia" (1843)

o exemplo do respeito igual mostra, os direitos restaurados serão variantes adequadas dos direitos que eles analisaram criticamente, e não cópias exatas.

A segunda confusão sobre se a teoria socialista reconhece direitos individuais vem de julgar que indivíduos e grupos podem ser separados. Aos indivíduos dá-se uma natureza própria, separada dos grupos, e os grupos são então vistos como arregimentação imposta de fora aos indivíduos.¹¹

Essa separação é falsa, muito embora seja moeda corrente do pensamento liberal. Os indivíduos são o que são, pelo menos em parte, devido aos grupos a que pertencem. Não podemos então ser acusados de ignorar os direitos que brotam dos indivíduos quando dizemos que os direitos dos indivíduos são os que eles têm a partir da concepção de um grupo sobre a boa sociedade.

Contudo, algumas concepções da boa sociedade, como a stalinista, podem ser implementadas sem garantir direitos aos indivíduos. Isso é certamente verdadeiro, mas não é a concepção que democratas socialistas terão de boa sociedade. A concepção deles é aquela em que, qualquer que seja sua verdade, cada indivíduo é um objeto de respeito e um sujeito de ação criativa.

A implementação de uma sociedade com essas características requer direitos individuais, e de fato requer a recuperação de muitos dos direitos do liberalismo. Democratas socialistas não precisam se responsabilizar pelas concepções de boa sociedade que eles na verdade rejeitam. Não são concepções de boa sociedade aptas ao debate quando se repensa o socialismo hoje.

Tendo em mente essas notas sobre democracia socialista e direitos humanos, podemos dar uma olhada na concepção de democracia suficiente como se aplica à luta por mudança social hoje. De acordo com ela, a ideologia socialista deveria entrar na luta por mudança social. Afinal, há muitos grupos interessados em mudança social, e nem todos são socialistas, ou nem mesmo a maioria deles. Para esses grupos, o importante é que coordenem sua atividade por meio de um processo democrático.¹²

11 Michel Sandel, *Liberalism and the limits of justice* (Cambridge University Press, New York, 1982) iniciou uma crítica do conceito liberal de indivíduo de Kant a Rawls baseado num conceito social de indivíduo.

12 Joshua Cohen e Joel Rogers, *On Democracy* (Penguin, New York, 1983) cap. 6 apela para uma coordenação democrática sem uma base na unidade socialista, mas, ironicamente, faz do socialismo uma condição para seu sucesso.

Os socialistas deveriam, segundo esse argumento, abandonar todos os vestígios de sua figuração confrontacional de sociedade e mostrar seu respeito pelo que for acordado num processo democrático onde toma parte uma mescla de classes. Os que tentarem manipular grupos não socialistas em apoio às perspectivas socialistas se isolariam da nova coordenação democrática.

O argumento aí é que há uma obrigação em seguir a vontade democrática daqueles que propiciam a mudança social. Mas por que tal obrigação existe? Há libertários que agem para acabar com o bem-estar estatal (state welfare), há mulheres que cultuam uma deusa Terra e há unionistas que encontram no protecionismo sua resposta. Deverei eu me ligar a uma vontade democrática que eles ajudaram a formar? Trabalhar com essa gente em questões específicas é uma coisa, mas comprometer-me a interromper minha atuação de socialista seria bem diferente.

Caso alguém se reserve o direito de romper alianças com tais grupos, não se pode acusá-lo de vanguardismo. É-lhe mais importante manter suas perspectivas críticas que seguir a vontade democrática daqueles que se juntaram apenas pelo desejo de mudança social.

A escola da democracia suficiente representa uma reação exagerada ao vanguardismo antidemocrático de numerosos grupos que professam o socialismo. O remédio não é, todavia, procurar o denominador mínimo comum dentre todos os grupos que buscam mudança social.

A solução consiste de duas coisas. Primeiro, é o reconhecimento da necessidade de uma luta unificada em torno do acordo de transformar a democracia burguesa em democracia socialista. Uma luta assim unificada contrasta com a luta fragmentária de grupos com metas díspares. R. N. Tawney captou a necessidade de uma luta unificada fazendo este chiste: você pode descascar uma cabeça de alho dente por dente, mas não pode esfolar um tigre unha por unha.

Essa luta será, não obstante, pluralista, na medida em que inclua aqueles que, dentro desse acordo, enfatizarão frentes diferentes. Haverá uma variedade de classes e outros movimentos que podem compartilhar a perspectiva democrática socialista.

Segundo, o remédio para o vanguardismo incluirá o reconhecimento da necessidade de uma coordenação democrática dos grupos unificados em torno da perspectiva democrática socialista, e da necessidade de respeito aos direitos daqueles que estão fora desse acordo, com os quais se pode fazer alianças em questões particulares, para rejeitar a democracia socialista como meta.

A coordenação democrática baseada na democracia socialista não significa um colapso das organizações (de classe, ambientalistas, por sexo, minorias) dentro de uma organização. Uma coordenação é compatível com a autonomia de diferentes grupos, mas permite-lhes entrar em discussões de questões comuns. Em vista de seu acordo sobre democracia socialista, eles se vêem ligados pelos resultados das discussões.

Vemos, então, as limitações da concepção de democracia suficiente tanto em vista da meta democrática socialista, quanto da luta democrática iminente pelo socialismo. Até onde a meta importa, a democracia, como outros ideais, permanece sem conteúdo, enquanto não se especificar o contexto em que será realizada.

Não podemos, pois, dizer meramente que somos democratas, e não queremos dizer que somos democratas burgueses. Ao invés disso, nossa meta é a democracia socialista. É o contexto econômico socialista que encarna o tipo de democracia a que nos dispomos. Na medida em que nos interessam resultados próximos, uma luta não pode fazer justiça às metas libertadoras dos grupos envolvidos, quando faltar a ela a unidade fornecida por um acordo sobre a meta da democracia socialista. Portanto, o apelo à democracia e ao respeito à vontade democrática na luta pela libertação é um apelo que só pode ser obedecido se - além da democracia - houver uma meta unificadora nessa luta.¹³

13 Mesmo aqueles que dizem "a democracia é suficiente" querem que ela seja uma democracia dentro da luta por mudança social. Eles excluem os que rejeitam a mudança social naquela democracia. Portanto, a democracia é sempre estruturada por alguma meta, mesmo que mínima.